

REPRESENTAÇÕES DA RATIO STUDIORUM NA ATIVIDADE DOCENTE

Antonio Bartolomeu Ferreira Filho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

bartrei1964@gmail.com

Cristina Novikoff, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

cristinanovikoff@gmail.com

RESUMO

A questão da indisciplina, em sala de aula, tem promovido constantes discussões nos meios escolares, devido aos tipos de enfrentamentos entre docentes e discentes, levando professores, durante a atividade docente, adotarem ações que considerem plausíveis para a realização do processo de ensino e aprendizagem. E, nas diversas ações tomadas por docentes, como já demonstrado em publicações diversas, podemos detectar um modelo pedagógico surgido no século XV, na Europa, criado pela Companhia de Jesus, denominado de Ratio Studiorum. Portanto, este artigo tem como objetivo discutir as representações sociais detectadas na Ratio Studiorum, em uso no universo docente hodiernamente e justificando, desta forma, que jamais houve um rompimento com um dos primeiros modelos pedagógicos implementados no Brasil ainda no período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Ratio Studiorum; Representações Sociais, Trabalho Docente

REPRESENTATIONS OF RATIO STUDIORUM IN THE TEACHING ACTIVITY

ABSTRACT

The issue of indiscipline in the classroom has promoted constant discussions in the school media, due to the types of confrontations between teachers and students, causing teachers during the teaching activity to adopt actions that they consider plausible for the realization of the teaching and learning process. And in the various actions taken by teachers, as already shown in several publications, we can detect a pedagogical model emerged in the fifteenth century in Europe, created by the Company of Jesus, called Ratio Studiorum. Therefore, this article aims to discuss the social representations detected in the Ratio Studiorum, in the teaching universe, thus justifying that there was never a break in Brazil with one of the first pedagogical models implemented in Brazil during the colonial period.

KEY WORDS: Ratio Studiorum; Social Representations, Teaching.

REPRESENTACIONES DE LA RATIO STUDIORUM EN LA ACTIVIDAD DOCENTE

RESUMEN

La cuestión de la indisciplina, en el aula, ha promovido constantes discusiones en los medios escolares, debido a los tipos de enfrentamientos entre docentes y discentes, llevando profesores, durante la actividad docente, adoptar acciones que consideren plausibles para la realización del proceso de enseñanza y aprendizaje. En las diversas acciones tomadas por docentes, como ya se ha demostrado en publicaciones diversas, podemos detectar un modelo pedagógico surgido en el siglo XV, en Europa, creado por la Compañía de Jesús, denominado Ratio Studiorum. Por lo tanto este artículo tiene como objetivo discutir las representaciones sociales detectadas en la Ratio Studiorum, en el universo docente justificando, de esta forma, que jamás hubo en Brasil un rompimiento con uno de los primeros modelos pedagógicos implementados en Brasil aún en el período colonial.

PALABRAS CLAVE: Ratio Studiorum; Representaciones Sociales, Trabajo Docente.

INTRODUÇÃO

O artigo é parte da discussão da tese de doutorado em Ciências da Educação intitulada “a história e o vigiar docente: a *Ratio Studiorum* contemporânea”, em desenvolvimento na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD e objetiva discutir os indícios de representações sociais detectadas na *Ratio Studiorum* e sua relação com o trabalho docente, segundo a literatura vigente. A questão se encerra na ideia da existência da presença da *Ratio Studiorum* originada no Brasil colonial, na segunda metade do século XVI, como normativa de ensino, na prática docente atual.

E quando tratamos da normativa de ensino na prática docente entre os diversos fatores em discussão atualmente podemos destacar quando tratamos da aplicabilidade das normativas em sala de aula diante das diversas interações entre professor e aluno destacamos a questão disciplinar do discente.

Nos últimos anos têm se tornado mais evidente as dificuldades vivenciadas pelos docentes em sala de aula, quando se trata de momentos de enfrentamento com os seus discentes, a partir de situações diversas como a falta de interesse pelos conteúdos ministrados,

ou por questões que vão desde a incompatibilidade dos alunos para com determinadas regras passando por demais situações que extrapolam o universo escolar, como problemas familiares e de cunho social diverso (TAVARES, p.4, 2012), gerando o que denominamos de indisciplina.

E em relação à indisciplina em sala de aula, cada vez mais o tema tem sido fruto de discussão entre acadêmicos devido aos problemas gerados não apenas pela questão do ensino aprendizagem, mas também pelos enfrentamentos entre professor e aluno, principalmente quando o primeiro, já emocionalmente desgastado, torna sua autoridade uma imposição e não aceitação, como recurso para estabelecer o que pensa ser os parâmetros necessários para exercer a sua atividade docente. (TAVARES, p.19, 2012).

Há um bom tempo se tem presenciado algo muito comum no espaço escolar, que é o dialogo sobre a falta de respeito dos alunos e as dificuldades em lidar com os mesmos em sala de aula segundo Ratto (2007, apud SILVA, FERREIRA, GALERA, 2008, p.660).

Portanto, quando se trata de dialogar sobre a convivência em sala de aula não raro apresentamos, a partir de nossas emoções vivenciadas, enquanto ex-alunos, representações de modelos pedagógicos passados, onde não apenas se estabelecia o método de aprendizagem a ser utilizado, mas normas de relacionamentos que, na prática, são utilizadas por alguns docentes como recurso para o exercício do ensino no espaço destinado ao mesmo.

Entre os métodos que podemos relacionar, dentro das representações sobre como interagir com o aluno em sala de aula encontra-se a *Ratio Studiorum*, que foi um modelo pedagógico surgido no século XV, na Europa, criado pela Companhia de Jesus.

O mais irônico é que muitos professores, que exercem tal método, desconhecem o que é a *Ratio Studiorum*. Entretanto, quando se trata de estabelecer o que consideram como estado adequado para se desenvolver uma boa aula tem como anseio, ao entrar em uma turma, que a mesma esteja em silêncio e que os alunos se portem de acordo com o que o professor considere plausível para realizar o seu trabalho junto aos discentes. (PIRES, p.183,1999)

Portanto, este artigo tem como objetivo buscar demonstrar em que momento as representações da *Ratio Studiorum* se manifestam no exercício da atividade docente.

E acreditamos que embora oficialmente não faça mais parte das normas estabelecidas do modelo pedagógico a nortear o ensino no Brasil, desde a segunda metade do século XVIII,

o mesmo ainda continua a se fazer presente no universo da sala de aula no exercício das relações entre professores e alunos.

Por fim justificamos o presente artigo como essencial para demonstrar que jamais houve no Brasil, no que se refere as relações pedagógicas, rompimentos entre um modelo e outro. Na verdade ocorrem mesclas que devem ser levadas em consideração na hora de se buscar soluções racionalizadas no que se refere as questões surgidas no processo ensino aprendizagem.

UMA LONGA JORNADA ATÉ A RATIO STUDIORUM

O aprendizado sempre foi uma necessidade entre os seres humanos, pois passar conhecimento de um para o outro significava, como significa ainda hoje, preparar o indivíduo para o mundo que ele irá enfrentar (MARIANO, p.62, 2012).

No caso da educação Ocidental podemos ir até a Grécia Antiga, mais precisamente na cidade de Atenas, onde já se havia a preocupação de se preparar os cidadãos para que os mesmos pudessem exercer suas diversas atividades cívicas na Polis, o mesmo ocorrendo, posteriormente na Roma Antiga. (MARIANO, p.63, 2012).

Durante a Idade Média o modelo educacional se desenvolve com o pensamento Cristão herdado do Império Romano. E neste aspecto podemos afirmar que o Cristianismo, institucionalizado na Igreja Católica, com toda a sua visão própria de mundo, não virou as costas para o pensamento greco-romano, muito pelo contrário. Embora não concordasse com a cultura pagã das Civilizações Grega e Romana, isso não a impediu que se utilizasse da organização escolar clássica, tendo por base a eloquência e principalmente o uso da língua latina, universalizando a mesma (MIRANDA, 2008, pg. 12).

Entretanto, a própria Igreja, a partir da Baixa Idade Média, proporciona as condições do desenvolvimento de uma pedagogia que com o tempo extrapola as paredes dos mosteiros com os chamados Clérigos Vagantes (MANACORDA, 2006, p.147), permitindo que outros grupos sociais não só tivessem acesso ao conhecimento como construíssem novas formas de se ensinar.

E a partir desta nova perspectiva, quando do surgimento do Renascimento Cultural, não vai tardar em surgir críticas a ordem cultural vigente e conseqüentemente o

desenvolvimento do ambiente para o acontecimento da Reforma Religiosa, que de forma independente faz com que o indivíduo deixe a tradicional catequese cristã tornando-se elemento participante do processo de instrução, visto que entre as propostas da Reforma estava justamente a livre interpretação das Sagradas Escrituras, que será a base do movimento Protestante (MANACORDA, 2006, p.198).

Lembrando também que o movimento Reformista Protestante atacava justamente as relações mundanas da Igreja Católica e seu distanciamento em referente às questões éticas, morais e espirituais. Tal aspecto levou a Igreja proceder a uma autocrítica que tem a sua maior expressão no Concílio de Trento (1545 a 1563).

Entre as ordens que se destacam neste momento temos a Companhia de Jesus, fundada em 1534, portanto antes do Concílio de Trento, e que se apresenta como uma organização rigidamente disciplinada, muito próxima a moldes militares, onde destacamos a abnegação diante das questões mundanas e a obediência ao Papa e aos demais superiores hierárquicos do universo eclesiástico, tendo como principal lema "*Ad maiorem Dei gloriam*" ("Para a maior glória de Deus") (LOPES, 2012, p.44).

O idealizador da Companhia de Jesus foi Inácio de Loiola, um ex-cavaleiro que abandonou a profissão militar para se dedicar a Igreja Católica, e mais outros seis estudantes, sendo a ordem reconhecida e oficializada pelo Papa Paulo III em 1540.

E foi justamente a sua formação militar, que juntamente com a sua fé, reforça, no período em que está ocorrendo a chamada Reforma Católica, em oposição ao movimento Protestante iniciado na Alemanha, uma reforma sem romper com todo o passado da Instituição e as estruturas em que a mesma se encontrava assentada.

Portanto podemos resumir que Inácio de Loiola buscou inovar a Igreja, ao invés de uma Reforma como buscava Martinho Lutero, por acreditar que ela possuía em si própria as condições para superar os malefícios que a denegriam naquele momento histórico (LOPES, 2012, p.29).

Inácio de Loiola conviveu com o Renascimento, logo estando inserido em um contexto que tinha por alicerce revitalizar a formação até então utilizada, ou seja, passou a conviver com um pensamento que tinha por base a cultura geral e não apenas o que convinha a Igreja Católica (LOPES, 2012, p.31)

O Humanismo, entendido por Loiola, estava voltado para a Inteligência e a razão, com isso tendo por estímulo um programa educativo com base na leitura e interpretação de autores que tinham influência sobre os alunos (LOPES, 2012, p.32).

É neste contexto que surge a *Ratio Studiorum*, como o primeiro modelo pedagógico de institucionalização dos estudos humanísticos.

A Companhia de Jesus, onde será gestada a *Ratio Studiorum*, pode ser considerada a primeira ordem religiosa a se voltar basicamente para o ensino (MIRANDA, 2008, p.19), criando toda uma normativa a partir da criação de um curriculum e a aplicabilidade do método referente ao mesmo.

Portanto, podemos concluir que uma das características da *Ratio Studiorum* não é a de ser um instrumento de rompimento do ensinamento até então existente, mas sim um aprimoramento do que já ocorria enquanto modelo de ensino, organizando de forma racional, a partir de regras, como melhorar sem deixar de levar em consideração o que já existia como método de aprendizagem, mantendo com isso a hegemonia da Igreja Católica. (SAVIANI, 2013, p.59).

COM A CHEGADA DOS JESUÍTAS AO BRASIL OS INDIOS TERÃO QUE IR PARA A “SALA DE AULA”.

Quando remetemos sobre educação no Brasil, não podemos dissociá-la da formação religiosa visto que a Igreja, que acompanha os pioneiros que irão habitar esta terra, desde os primeiros momentos buscam introduzir os valores, que além de consolidar a submissão do indivíduo a vontade do Deus Católico, permitia que o mesmo se tornasse instrumento dessa mesma igreja na hora de legitimar os poderes dos governantes na colônia e além mar.

Neste aspecto destacamos a presença inicial dos Franciscanos, que já haviam iniciado tal atividade desde a chegada de Cabral, pois não podemos deixar de lembrar que o frei Henrique Coimbra, celebrante da primeira missa no Brasil, era da Ordem Franciscana (SAVIANI, 2013, p.39).

Outro ponto de partida da educação na colônia brasileira é datado de 1549 quando da chegada dos Jesuítas, que passam a controlar o ensino no Brasil em detrimento dos

franciscanos e outras ordens religiosas que se instalaram na colônia portuguesa (SAVIANI, 2013, p.41).

Conta como primeiro documento de política educacional no Brasil os regimentos de D. Joao III, editado em dezembro de 1548, para orientar as ações do primeiro governador geral, demonstrando desta forma a atuação do Estado na educação do Brasil Colonial. (DUTRA, 2016, p.10).

A orientação do Rei tinha como centro a catequese, pois um dos argumentos para a ocupação das terras brasilis seria a conversão do indígena ao cristianismo (DUTRA, 2016, p.11)

Como já citado este papel foi relegado aos Jesuítas, que tinham a missão de educar e catequizar os índios buscando no novo mundo compensar, com homens educados para a vontade de Deus e a conversão de novas almas ao cristianismo católico, a perda de fiéis que a Igreja Católica vinha sofrendo na Europa para o movimento Protestante.

Neste, que poderíamos chamar de primeiro momento de um projeto pedagógico, destaca-se a atuação do Padre Manoel da Nobrega, que elaborou um plano no qual consistia ensinar os índios a ler e escrever no Português juntamente com a conversão a Doutrina Cristã. (SAVIANI, 2013, p.44)

Como ideias pedagógicas se encarnavam, assim na realidade da colônia assumindo, em Nobrega, predominantemente a forma da organização dos meios considerados adequados para se colimarem os fins preconizados: a sujeição dos gentios, a sua conversão, à religião católica e sua conformação disciplinar, moral e intelectual à nova situação. (SAVIANI, 2013, p.44)

Embora o plano de Manoel da Nobrega procurasse levar em consideração as particularidades da Colônia, foi aplicado de forma precária e encontrou resistência dentro da própria Igreja Católica, sendo posteriormente suplantado pelo Plano Geral de Estudos organizados pela Companhia de Jesus em 1599, que passou a utilizar como método de ensino a *Ratio Studiorum*, pelo seu conjunto de regras que estabelecia as relações dentro da Ordem em diversos níveis compreendidos desde o pedagógico ao administrativo (BORTOLOTTI, 2003). E com ela teremos também a elitização do ensino no Brasil colonial.

COM A *RATIO STURIORUM* FICAM DEFINIDOS OS PAPEIS DE CADA UM NA SALA DE AULA

Em relação a *Ratio Studiorum* não podemos deixar de levar em conta que tal método se sustentava em uma base filosófica que possuía entre seus representantes Aristóteles, o qual tinha como princípio geral norteador da formação, que uma boa ação se caracteriza em saber agir em conformidade com o que é bom para si e para o Estado, pois a educação, dentro deste aspecto, é a maneira pela qual o homem pode se tornar aquilo que ele deve ser por natureza, ou seja, ser um ente racional, um ser que pertence ao Estado. A teleologia da educação é, portanto, formar o indivíduo para viver em comunidade (SANTOS, ESTEVES, GONÇALVES, 2012, pp.3 e 11).

Por fim a *Ratio Studiorum* terá por objetivo reforçar os valores éticos principalmente de orientação religiosa, pois esta era a base de seu programa tendo como principal aliado as obras literárias utilizadas para reforçar tais questões (MIRANDA, 2011, p.481)

Mas a educação, enquanto instrumento formativo, não garantia a total submissão do indivíduo a ordem vigente, pois enquanto consolidava neste os valores do estado ao qual estaria subordinado, paradoxalmente acabava fornecendo os instrumentos necessários para que extrapolasse o seu limiar de conhecimento crítico possibilitando se deixar seduzir por ideias que no estado da “ignorância” não conseguiria.

A *Ratio Studiorum* foi exercida no Brasil até o ano de 1759, quando os Jesuítas são expulsos da Colônia por ordem do Marques de Pombal e este inicia uma reforma no ensino.

A partir deste momento diversos modelos pedagógicos serão adotados no Brasil até os dias atuais, entretanto as Representações da *Ratio Studiorum* se farão sempre presentes em sala de aula nos momentos em que os alguns professores, no exercício da atividade docente buscarem, cada qual, instrumentos que julguem necessários para estabelecer os limites na relação entre professor e aluno.

Portanto tendo a constatação da *Ratio Studiorum*, como modelo pedagógico introduzido no Brasil colonial, passando a estabelecer como deveria ser a pratica educacional na colônia entre os anos de 1599 e 1759, e mesmo após a Proclamação da Independência ocorrida no ano de 1822, se percebe que a sua presença, na atividade docente, será uma

constante, recordando que continuava tendo como instituição norteadora, de como se deveria exercer o ato de ensinar, a Igreja Católica, pois ao remetermos neste período devemos lembrar que a Independência não rompeu com a estrutura social e econômica da colônia, limitando-se a apenas um rompimento político com o reino português (FAUSTO, 2003, p.146).

Logo podemos afirmar que também pouca mudança ocorrerá no modelo educacional, que foi sendo perpetuado pelo fato de a Igreja Católica, mesmo no Brasil independente, continuar a ter forte influência nas questões ligadas a educação.

Para a análise dos indícios das representações sociais de disciplina na *Ratio Studiorum* dentro do contexto histórico abordado e sua evolução até o tempo presente adotamos a técnica de Bardin (2004).

Espera-se ampliar a discussão sobre a importância de se legislar na educação e das marcas históricas que perduram séculos podendo alavancar ou retrain a atividade docente.

Entre os autores que enveredam por este caminho destacamos Demerval Saviani, o qual trata do tema em diversas obras que remetem ao assunto, como em “História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário” (2008) e “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” (2013), ambas abordando o papel da *Ratio Studiorum* na educação durante o Brasil colonial e a sua importância enquanto primeiro modelo pedagógico da época.

A análise feita por este autor nos faz compreender que a presença da *Ratio Studiorum*, estabelecida no Brasil Colonial, mesmo após a Proclamação da República, onde temos o aumento de colégios de formação laica gerando a diminuição da presença da Igreja na educação a qual, a partir deste momento, fica limitada em escolas controladas por Padres e Freiras, não extingue a influência da *Ratio Studiorum*, passando na verdade a estar sutilmente sempre presente entre os docentes das escolas brasileiras, principalmente quando se trata de questões disciplinares em sala de aula.

Para tanto, nesta questão, não se poderá deixar de perceber a necessidade do estudo da História da Educação, como instrumento de resgate da memória de como começou o processo de ensino nesta terra considerando

[...] que é pela historia que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos a plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no

futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano (SAVIANI, 2008, p. 151).

E dentro da análise histórica fica percebido que mesmo na primeira metade do século XX, onde já se faz necessário uma demanda por mão de obra qualificada para as Indústrias que se encontravam em expansão no Brasil a partir dos anos 1930, principalmente na chamada era Vargas (1930-1945), e conseqüentemente gerando o crescimento de escolas laicas em detrimento das religiosas, cuja função estava mais para o ensinar do que o educar, (AZEVEDO, 2010, p. 15), ainda traz, no seu bojo, principalmente no que se refere a questões disciplinares, vestígios da *Ratio Studiorum*.

E mesmo com o surgimento da Escola Nova, com educadores como Anísio Teixeira, a prática da *Ratio Studiorum*, não deixou de estar presente em sala de aula, pois ela já há muito fazia parte das representações sociais dos meios educacionais do país, fossem em instituições religiosas ou não.

Neste ponto remetemos a Michel Foucault em sua obra “O Poder e a Análise das Organizações” (2005), onde o mesmo descreve os mecanismos sociais, políticos e culturais que motivam o “Vigiar” e “Punir”. Com isso não fica difícil de deduzir que as práticas disciplinares atuais, inconscientemente, aparecem como o resultado de entre outros aspectos, do modelo pedagógico introduzido para o desenvolvimento da educação, em um Brasil colonial que possuía em suas regras mecanismos claros de punição para tudo o que fosse considerado “violação da ordem disciplinar”. Portanto quando observamos o sistema educacional brasileiro, os métodos de construção do conhecimento, e por fim a forma do agir docente em sala de aula, não poderíamos, em princípio, nos furtar a buscar as raízes históricas que se tornariam os primórdios da educação no Brasil.

Como já anteriormente citado o método de ensino jesuítico no Brasil perdurou por quase dois séculos, quando foi abolido no ano de 1773 pelo Papa Clemente XIV retornando apenas a partir de 1814, quando foi revisado sofrendo uma nova roupagem em 1832 (NEGRÃO, 2000). Neste período, e também posterior ao mesmo, o método jesuítico introduzido no Brasil colaborou para a formação do indivíduo no que se refere ao seu “caráter” e o que se era considerado “civilizado” (TOYSHIMA, MONTAGNOLI, COSTA, 2012, p. 03). Acreditamos, com isso, que a importância de se estudar a *Ratio Studiorum* não

reside apenas no resgate da memória da História da Educação no Brasil, mas acima de tudo perceber que a sua influência permanece viva ainda hoje na atividade docente.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS INTERPRETANDO VELHAS REPRESENTAÇÕES.

Com a finalidade de interpretar a proposta deste trabalho, no caso as representações da *Ratio Studiorum* na atividade docente, e como a mesma pode ser considerada contemporânea dentro de um mundo que historicamente encontra-se totalmente distante do momento do seu surgimento, no caso o século XVI, acreditamos que como primeiros passos para se compreender o papel das representações sociais, dentro do tema proposto, faz-se necessário compreender a relação com a historicidade, auxiliando no processo da construção da ideia de uma contemporaneidade a respeito de um método de ensino criado no século XVI.

Para tanto optamos pela da Teoria das Representações Sociais, pois se entende que a partir dela é possível fazer uma análise mais específica, atendo-se à leitura do pensar as relações entre professor e aluno em sala de aula.

Em relação ao Brasil, no que se refere às Representações Sociais, podemos afirmar que é um termo que tem sido constantemente utilizado por historiadores nos últimos anos destacando-se principalmente quando se trata de estudos voltados para a História Cultural (SANTOS, 2011, p.27)

Sobre o conceito da Teoria das Representações Sociais, o psicólogo Serge Moscovici, pode ser considerado idealizador deste conceito surgido em 1961, a partir de pesquisas que tomam por base, entre outros, o pensamento de Durkheim, que combina a pesquisa empírica com a teoria sociológica, o fundador da Psicanálise, Sigmund Freud, e o criador da epistemologia genética, Jean Piaget.

Por fim, acreditamos que nada como o próprio autor para apresentar o seu pensamento.

Para tanto, adotaremos a obra de Serge Moscovici, *Representações Sociais – Psicologia Social* (2003), que discute o significado do tema demonstrando que elas sempre se inscrevem a partir de um referencial de pensamento preexistente sendo, com isso, atrelados a valores, tradições e imagens do mundo e da existência (SILVA, 2010 p.319).

Para se ter a visão de outros autores a respeito de Representação Social, citamos o trabalho de Rafael Augustus Sêga - *O Conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici* (2000) que, entre outros aspectos, afirma que

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. (SÊGA, 2000 p.128)

Portanto, entende-se o comportamento do indivíduo no seu espaço e como ele se reflete no meio em que vive, assim como o inverso, ou seja, as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que permeiam a sociedade refletindo e determinando os parâmetros comportamentais sobre os indivíduos que a compõem.

Desta forma entende-se, mesmo de maneira involuntária, em que o indivíduo pensa e acredita, e como se comporta no seu espaço social, a partir dos sinais por ele emanados. E as mensagens emanadas a partir desta visão são, como elucidou Moscovici, as Representações Sociais.

Tais mensagens são gestadas durante a existência de um indivíduo, tendo por origem a visão que se tem de si mesmo, demonstrando uma posição clara da sua identidade social em um determinado momento de sua existência.

Outros autores como Angela Arruda em seu estudo *Teoria das Representações Sociais e Teorias do Gênero* (2002), em que faz uma breve análise da obra *La Psychanalyse, son image, son public*, de Moscovici afirma que:

A Teoria das Representações Sociais . TRS . operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo. A diferença, no caso, não significa hierarquia nem isolamento entre elas, apenas propósitos diversos. (ARRUDA, 2002 p.129-130)

Com isso, podemos afirmar que as representações sociais são construídas a partir das práticas cotidianas e da experiência pessoal que o indivíduo acumula ao longo da sua existência e que, entre outros aspectos, fazem parte do senso comum.

Também não podemos esquecer que diante do saber comum, a objetivação acontece quando a compreensão dos conceitos científicos, aqueles que explicam as dinâmicas sociais em que o indivíduo é inserido, passa para uma ideia mais simples e palpável.

Porém, não se pode negar que a concretização do saber ocorrerá de forma diferenciada de indivíduo para indivíduo, pois cada um se apropriará das referências sociais para traduzir os conceitos a partir de suas experiências anteriores.

Por isso, acredita-se que a utilização das Representações Sociais, neste trabalho, auxilia na ideia de fazer com que um instrumento, de interpretação das relações em que o indivíduo esteja inserido, seja capaz de dar uma compreensão sobre as práticas docentes, a partir da leitura sobre os enfrentamentos em sala de aula.

ALGUNS CONCEITOS SOBRE DISCIPLINA

Ao se analisar os entendimentos do que se entende por disciplina, na literatura vigente, diversos trabalhos a respeito foram encontrados.

Podemos citar a Plataforma Scielo onde em uma primeira pesquisa, usando como tema Indisciplina em sala de aula, descobrimos 15 artigos publicados sobre o assunto. Neles os diferentes entendimentos sobre trabalho docente, ensino e aprendizagem nos indicaram a preeminência de teorias diversas que sustentam tais conceitos.

Para tanto, com a finalidade de complementar a importância da visão histórica neste trabalho, buscamos em Carlo Guinzburg, no seu trabalho “O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício (2007)” que afirma o seguinte: Os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GUINZBURG, 2007, p. 14).

E com relação ao estudo da História da educação mais uma vez remetemos a Saviani o qual diz que a História, neste aspecto, cumpre o seu papel que é resgatar o que há muito foi esquecido contrapondo-se aos atuais cursos de formação que se prendem a um presente contínuo (SAVIANI, 2008, p.152) .

E quando chegamos ao presente nos deparamos com as representações sobre indisciplina na atividade docente, onde para alguns professores a mesma

[...] afeta-os emocionalmente, mesmo mais do que os problemas de aprendizagem com que habitualmente também têm que se confrontar. Mas a indisciplina mexe mais fundo, sendo frequentemente vivida como obstrução à relação ou mesmo como uma desconsideração pessoal ou mesmo ainda como ataque pessoal. A indisciplina é uma situação em que frequentemente os professores se sentem desconsiderados, desprezados, questionados enquanto pessoas. (CARITA e FERNANDES, 2012, p.15)

Tais questões sempre foram enfrentadas pelos professores em sua atividade docente, cada qual ao seu tempo é claro, mas tendo sempre a representação do enfrentamento como principal característica de um ato indisciplinar.

Podemos citar, por exemplo, diversas obras literárias do passado, como o “Ateneu de Raul Pompéia, publicado pela primeira vez em 1888, onde o autor constrói a estória do estudante Sérgio a partir de suas Representações, tendo por base suas próprias memórias, formada de impressões pessoais oriundas de sua formação enquanto discente (NEVES, CORREIA, 2015, p.193)

Cantávamos a primeira estrofe (o Ribas marcava o diapasão) e as seguintes, ate à última, que acabavam todas por uma longa nota esfusiada em foguete, cantávamos com um esforço de adoração que bem compensaria, em caso de balanço, a leviandade irreverente de todos os colegas. (POMPÉIA, p.31)

Observamos que as questões disciplinares atuais têm motivado cada vez mais discussões a respeito deste assunto, devido as dinâmicas apresentadas na sociedade brasileira em que os pais, por questões econômicas e profissionais, tem limitado o relacionamento com os filhos aos momentos de folga, onde por estarem cansados se omitem no enfrentamento de estabelecer os limites necessários a criança passando tais funções para creches e escolas (BANALETTE, DAMETTO, 2015, p.6).’

E por passarem pouco tempo com os filhos, algumas famílias se distanciam da vida escolar dos mesmos, comparecendo a escola apenas quando convocados, colaborando no cenário de professores desgastados por, entre outros aspectos, assumirem funções dos familiares dos alunos que não fazem parte de seus atributos docentes (IDEM, IBDEM, p.7).

E dentro deste universo, Banaete e Dametto (2015) pontuam que “existem docentes que ainda tem como prática pedagógica exigir o silêncio como norma para poder executar o processo de ensino aprendizagem, limitando a comunicação apenas entre aluno e professor” (p.8).

Neste momento podemos perceber o aparecimento de rastros de Representações da *Ratio Studiorum* no capítulo XXIV, item 10, referente a “Ordem e Silêncio” que diz

Durante as aulas, não andem de um lado para o outro; permaneça cada um no seu banco e no seu lugar, atenta e silenciosamente concentrado no cumprimento dos seus deveres. Ninguém saia da aula sem permissão do professor. Não estraguem nem risquem a cátedras, os bancos, as cadeiras, paredes, portas e janelas, ou outros lugares, nem façam desenhos ou escritos, talhando à navalha ou por outro meio. (*Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599). Regime escolar e curriculum de estudos p. 429*)

CONCLUSÃO

O presente artigo procurou gerar uma reflexão a respeito das representações da *Ratio Studiorum* na atividade docente, demonstrando que não houve um rompimento do modelo de certas práticas docentes do período colonial com o que se verifica com alguns professores em sala de aula, atualmente no Brasil.

Nesse sentido assinalamos que não se pode furta que as dinâmicas sócio culturais há muito distam do período colonial brasileiro, logo é inevitável que os enfrentamentos se tornem extremamente complexos e desgastantes.

Tendo por base a Teoria das Representações Sociais podemos entender o que leva a ocorrência dos rastros da *Ratio Studiorum* na atividade docente, em especial ao se compreender o sentido de ensino e de aprendizagem que se manifesta no exercício da atividade docente, segundo a literatura.

Quando identificamos respectivos rastros acreditamos ser possível fazer uma leitura pedagógica que possa proporcionar novas dinâmicas de interações entre docentes e discentes onde a indisciplina não seja um problema a ser “controlado” ou “resolvido”, mas acima de tudo seja discutido com a finalidade de que o enfrentamento não fique limitado a uma relação de desgaste e sim de reflexão sobre os métodos que possam auxiliar no processo de ensino

aprendizagem a partir das representações dos discentes e docentes, ou seja, quais pontos positivos devem ser dimensionados e negativos a serem conscientizados como prejudiciais nas relações pedagógicas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.117, pp.127-147.

AZEVEDO, E. B. (2010). **Patrimônio industrial no Brasil**; usjt - arq. urb (número 3/ primeiro semestre de 2010) (p.15).

BANALETI, S. M. M. ; DAMETTO, J. . **Indisciplina No Contexto Escolar: Causas, Conseqüências e Perspectivas De Intervenção** - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. REI , Revista de Educação do IDEAU - Vol. 10 – Nº 22 – Julho a Dezembro 2015.

BORTOLOTI, K. F. da S., **O Ratio Studiorum e a missão no Brasil**, Revista História Hoje, São Paulo, N 2, 2003.

CARITA, A. , FERNANDES, G. **Indisciplina na Sala de Aula. Como prevenir? Como remediar?**. Editorial Presença, 4ª ed. Lisboa. 2012.

DUTRA, C. E. G.. **Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica “a” Período Colonial (1500-1808)** – Ministério da Educação. Brasília – DF. 2016

FAUSTO, B., **História do Brasil**, 11ª edição, Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, São Paulo, 2003

GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 454 p.

LOPES, J. M. M. . **O Projecto Educativo da Companhia de Jesus. Dos Exercícios Espirituais aos nossos dias**. Publicações da Faculdade de Filosofia. Universidade Católica Portuguesa. Braga Pt. 2012

MANACORDA, M. A.. **História da Educação, da Antiguidade aos nossos dias**, Cortez Editora/Autores Associados, São Paulo 1992, p.113

MARIANO, M. R. C. P.. **A educação da Antiguidade aos Nossos Dias – em busca de indícios da origem das avaliações**, Revista Tempos e Espaços em Educação, Volume 5, Número 9, Sergipe-SE, julho/dezembro 2012, p.63

MIRANDA, M. . **A *Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa moderna**. Universidade de Coimbra. Humanitas, nº 63, 2011. 473-490

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NEVES, F.C.C. ; CORREA, A.A., **O Ateneu, De Raul Pompéia: Uma Análise Sob A Ótica Literária E Suas Diversas Manifestações Artísticas**, Anais Eletrônicos Do IX Colóquio de Estudos Literários *Diálogos e Perspectivas* SILVA, Jacicarla S.; BRANDINI, Laura T. (Orgs.) Londrina (PR), 15 e 16 de setembro de 2015. p. 186,196

PIRES, D. B. . **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. Resenha da obra de Celso dos Santos Vasconcellos, *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. São Paulo: Libertad, 1994.

POMPÉIA, R. **O Ateneu**. 16ª ed., São Paulo: Ática, 1996

SANTOS, D.V.C. dos, . **Acerca do Conceito de Representação**. Revista de Teoria da História, ano 3, Universidade Federal de Goiás, 2011.

SANTOS, L. A. dos, ESTEVES, J. C. R. , GONÇALVES, C. F. . **Ética, Política e Educação em Aristóteles**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Niterói – RJ, 06-07 de setembro de 2012.

SAVIANI, D.. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. Eccos. Revista Científica, v. 10, p. 147-167, 2008.

_____. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 4ª Edição, Coleção Memória da Educação. Autores Associados. Campinas – SP. 2013

SÊGA, R. A. **O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici.** Revista Anos 90. Porto Alegre, nº 13, julho de 2000.

SILVA, J. A. P. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Akropolis, Umuarama, v. 18, n. 4, out./dez. 2010 p. 319-321.

SILVA, M. V. G. U., FERREIRA, J. D. L. P., & GALERA, J. M. B. U. **A Indisciplina Escolar Enquanto Desafio Na Formação Do Professor: Uma Realidade Posta Na Sociedade Contemporânea.** VIII Congresso Nacional De Educação – Educere Edição Internacional III Congresso Ibero – Americano Sobre Violências Nas Escolas – Ciave Temática: Formação de Professores Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, PR, 2008

TAVARES, T. S. C. **.Indisciplina Escolar e Sua Influência no Aprendizado.** Universidade Tecnológica Federal Do Paraná – UTFP - Diretoria De Pesquisa E Pós-Graduação Especialização Em Ensino De Ciências. Monografia De Especialização. Medianeira - PR – 2012.

TOYSHIMA, A. M. Da S., MONTAGNOLI, A. G., COSTA, J. **Algumas considerações sobre o Ratio Studiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos.** In: XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: 'civilização, fronteiras e diversidade' e IV seminário do grupo de pesquisa 'Educação e processos civilizador', 2012, Dourados. XIV SIPC 2012 (p.p.02,07).